

# Município de Sumaré Fundo de Previdência Social do Município de Sumaré CNPJ: 10.742.819/0001-88

### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA NÚMERO 007/2024

### Em 10/06/2024

Ata da REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO do Fundo de Previdência Social do Município de Sumaré-SUMPREV, realizada aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, com início às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da sede do SUMPREV. Presentes os Conselheiros Administrativos: Andréa Marques Silva, Eduardo José Moreira, Fabiane Barbosa F. Batista, Jaci do Nascimento Monteiro Batista, Marcelo Alves Pereira, Márcia Regina Dédalo R. de Freitas, Maria Aparecida Costa Oliveira, Amilton Hoffmann e Maria de Lourdes Zague. Ausente o conselheiro Willian Anderson da C. N. Barreto. Presente também os membros da Diretoria Executiva: Gerente de Benefícios Dr. Fábio Gonçalves da Costa e Maria Elisabete Antunes. Aberta a reunião, ficou determinado a leitura e aprovação das Atas de Reuniões do Conselho Administrativo, anteriores para a próxima reunião ordinária. Passou-se, então, a leitura do PMS nº 12.852/2024-Relatórios Conselho fiscal 01/2024. Foi lido e apreciado o parecer fiscal da competência janeiro/2024, porém com algumas observações: 1- Existência de diferença apurada no valor de R\$ 2.863,73, nos repasses do retido-segurado referente ao 13º Salário, cuja explicação foi solicitada, bem como os procedimentos adotados; 2- Questionamento para averiguação da cobrança dos juros de mora referente a 37º parcela dos parcelamentos 20 e 21, que deveriam ser quitados em 25/01/2024 e foram pagos em 29/01/2024. PMS nº 12.862/2024- Relatório Conselho Fiscal 02/2024- Foi lido e apreciado o Parecer do Conselho Fiscal, competência fevereiro/2024. Na sequência foram lidas e apreciadas as atas do Comitê de Investimento PMS nº 5.243/2021, competências: competência janeiro/2024- Relatório 02/2024, competência fevereiro/2024-Relatório 03/2024 e competência março/2024-Relatório 04/2024. Ato contínuo analisou-se o PMS nº 6.303/2019- Retroativo de Pensão por morte. Diante do parecer favorável da Assessoria Jurídica ABCPREV, o Conselho aprovou o pagamento retroativo à data do óbito da pensão por morte devida ao dependente constante do Processo Judicial, transitado em julgado. Com a observação de se atentar para que não haja desenguadramento nos fundos de investimentos. A seguir, foi dado ciência ao Conselho Administrativo os seguintes processos: PMS nº 25.917- Fernanda Brayner- Reembolso ao Sumprev; PMS nº 30.257/2023- Catarina Alves do Rosário- Reembolso ao Sumprev, diante dos quais o Conselho solicitou que as mesmas sejam notificadas via AR e que seja solicitado também à Assessoria Jurídica ABCPREV a elaboração de Resolução do Sumprev para o estabelecimento de regras, com base nas Legislações vigentes, para efetuarmos a cobrança dos mesmos. Em continuidade foi dado ciência, também ao PMS nº 18.630/2018- Maria Cuerva- Reembolso ao Sumprev- Referente a cobrança da atualização monetária sobre acordo de parcelamento já quitado. O Conselho deliberou para a comunicação, para a efetivação da mesma, via AR. Na sequência delibeu-se sobre o PMS nº 9.522/2024- Pensão Rutinéia Pantaleão Bueno. Diante do parecer favorável da Assessoria Jurídica, o Conselho aprovou a concessão da pensão por morte, ao cônjuge supérstite do aposentado falecido, Sr. Carlos Roberto Bueno, nos termos dos artigos 25,



# Município de Sumaré Fundo de Previdência Social do Município de Sumaré CNPJ: 10.742.819/0001-88

I; art. 33, I, "a"; art. 35, II, "f"; art. 36, § 6º; art. 38, todos da Lei Municipal nº 6.449/2020. Retroativo a 15/03/2024. Na sequência foi para análise o PMS nº 22.591/2022, que trata da devolução das contribuições sobre a Jornada Complementar, conforme Lei Municipal nº 7.103/2023. Foi apresentada a Resolução Sumprev nº 001/2021, que disciplina o regramento para restituições de contribuições previdenciárias indevidas. conformidade com seu § 1º "Após manifestação da Procuradoria Geral do Município quanto a legalidade da restituição requerida, o Conselho de Administração deverá analisar e aprovar caso a caso os valores que serão devolvidos aos beneficiários;", o Conselho propôs formar uma Comissão para análise dos processos a serem devolvidos, sendo esta composta por 2 membros do Conselho Administrativo, 1 membro do Conselho Fiscal e 2 servidores efetivos, que serão indicados pela Superintendente Previdenciária. Dando continuidade à reunião, ficou definido solicitar à Assessoria ABCPREV se existe a necessidade de minuta de Resolução para definir as devoluções dos valores retroativos relativos a concessão do reajuste por paridade relativo à equiparação dos Professores PI e PII, da Lei Municipal nº 6.790/2022, requerido pelas professoras aposentadas: PMS 16.801/2022- Mara Ramos Cardoso de Freitas, PMS № **14.660/2022**- Elizabeth E. Mause Franciscatto, **PMS 26.078/2022** – Junilde A.M.P. Silva, PMS nº 14.758/2022- Edlayne de Castro ou se pode utilizar como parâmetro a Resolução nº 001/2021, que disciplina o regramento das restituições de contribuições previdenciárias indevidas. Foi dado pausa na reunião, para o almoço. Ao retornar a reunião no período da tarde, passou-se a discussão do PMS nº 10.787/2023. A Gerente Administrativo Larissa Coelho apresentou o relatório mensal da empresa Nova Assessoria, referente aos serviços prestados que resultaram nas Compensações Previdenciárias deferidas e sobre os valores recebidos e a receber dos requerimentos efetuados no sistema COMPREV, foi recebido em junho, referente ao mês de abril, o montante de R\$ 393.874,34 e para o mês de maio estima-se receber mais 16 requerimentos aprovados, que totalizará uma quantia de R\$ 1.660.979,72, com pagamento previsto em julho de 2024. Existe uma estimativa de recebimento de R\$ 4.722.227,72 e de pagamento de R\$ 469.959,03. Diante do apresentado foi comprovada a efetiva atuação da Assessoria e foi aprovado por unanimidade dos membros presentes a renovação do contrato de Assessoria por mais 12 meses, condicionado a realização de todo o trâmite de renovação legal. Na sequência, tratou-se dos processos relativos ao Pró-Gestão: PMS nº 23.766/2023 - Gerência Financeira; PMS nº 23.768/2023 - Gerência Benefícios; PMS nº 23.764/2023 - Gerência Administrativa e PMS nº 23.769-Superintendência Previdenciária. Foi apresentado pelos Senhores Amilton Hoffmann, Jaci do N M Batista e Larissa Coelho alguns pontos relevantes da experiência na Certificação do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (nível IV), observados em visita realizada no dia 17 de maio de 2024, a nível de sugestão, que poderemos adotar: a contratação de empresa para adequação do Sumprev a pré-certificação junto ao Pró-Gestão, contemplando ainda neste contrato a certificação ao nível pretendido. Foi sugerido pela Sra. Elaine Nere, solicitar à Superintendência que seja nomeado uma pessoa para coordenar os trabalhos do processo de certificação, para que possamos dar continuidade ao processo de certificação, sugerimos que o coordenador tenha tempo



# Município de Sumaré Fundo de Previdência Social do Município de Sumaré CNPJ: 10.742.819/0001-88

disponível de ½ período semanal para dedicação das necessidades do Projeto. Após, foi dado ciência da desistência das aposentadorias e solicitação de abono permanência dos seguintes processos: PMS nº 15.715/2021- Sandra Leite de Farias; PMS nº 11.224/2024- Eliana Popts; PMS nº 4.041/2024- Haydê Valentina Guizzo. Na sequência, foi solicitado informação sobre o andamento do processo de contratação de Assessoria Financeira. Foi nos informado que a nova contratação, com base na nova legislação Lei Federal nº 14.133/21, está na fase de habilitação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e para que conste, eu, Jaci do Nascimento Monteiro Batista, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais presentes. Sumaré, 10 de junho de 2024. Conselheiros Administrativo e Presidente, presentes:

